O PODER TRANSFORMADOR DA MÚSICA NA VIDA DE UMA PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN

Comunicação

GTE 12: Ensino de Música, inclusão e anticapacitismo

Valmir da Silva Caldas
Universidade Federal da Bahia
valmircaldas09@gmail.com

Ekaterina Konopleva)
Universidade Federal da Bahia
konoplek@gmail.com

Resumo: Este trabalho discute a importância da música como linguagem de conhecimento e recurso didático no desenvolvimento integral e na inclusão social de pessoas com Síndrome de Down. Ele caracteriza o perfil das pessoas com Síndrome de Down no contexto educacional, pesquisa sobre a música como ferramenta educacional no envolvimento com as pessoas mencionadas e evidencia os benefícios da música na vida de uma pessoa com Síndrome de Down. A escolha do tema se justifica pela experiência de um dos autores como pai e educador musical, bem como pela relevância de discutir, no contexto acadêmico, o papel da música no favorecimento da inclusão social de pessoas com Síndrome de Down, além de seus impactos no desenvolvimento psicossocial e pedagógico. Sua questão norteadora é: como a música pode favorecer o desenvolvimento integral e a inclusão socioeducacional de pessoas com Síndrome de Down? A metodologia baseia-se na abordagem qualitativa, com procedimento de pesquisa bibliográfica. Na fundamentação teórica, são considerados os documentos norteadores internacionais e nacionais, além de estudos de autores que discutem a educação inclusiva, o desenvolvimento humano e a música no processo de ensino-aprendizagem. Os resultados indicam contribuições em vários aspectos: no cognitivo, a música favorece o desenvolvimento da memória, da atenção e da organização do pensamento; no linguístico-verbal, contribui para a ampliação do vocabulário e da comunicação; no motor, promove avanços na coordenação, lateralidade e consciência corporal; no emocional, fortalece a autoconfiança e a expressão de sentimentos; e no social, estimula a interação e o sentimento de pertencimento, entre outros.

Palavras-chave: ensino de música; síndrome de Down; desenvolvimento integral.

Introdução

A Síndrome de Down, também denominada Trissomia 21 (T21), é uma alteração genética caracterizada pela presença total ou parcial de uma cópia extra do cromossomo 21.

Isso significa que as pessoas com essa condição possuem 47 cromossomos em suas células, em vez dos 46 observados na maioria da população. Essa alteração está associada a características físicas específicas, atraso no desenvolvimento e deficiência intelectual, geralmente de grau leve a moderado, embora haja variações significativas entre as pessoas. Dessa forma, a Síndrome de Down deve ser compreendida não apenas a partir de suas características biológicas, mas também considerando as potencialidades de desenvolvimento de cada pessoa, as quais podem ser ampliadas por meio de estímulos adequados, acesso à educação e práticas inclusivas na sociedade.

A música exerce um papel profundamente significativo na formação humana, sobretudo quando inserida em contextos de inclusão e valorização da diversidade. No caso de pessoas com Síndrome de Down, ela se revela como uma ferramenta potente de estímulo aos desenvolvimentos cognitivo, social, emocional e motor.

Nesse sentido, traz-se como exemplo a trajetória musical de Arthur Caldas, o filho primogênito de um dos autores, de 30 anos de idade que possui Síndrome de Down. Ele representa um exemplo concreto de como a música pode atuar como linguagem de conhecimento e como instrumento nos processos de transformação educacional e social. O nascimento de um filho com deficiência provoca um impacto significativo na dinâmica familiar, implicando mudanças nos planos e expectativas. Inicialmente, vivencia-se um processo de aceitação da realidade, marcado pela transição do luto à luta, momento em que a família passa a buscar conhecimentos para compreender o que antes era desconhecido.

A partir desse processo, inicia-se uma nova jornada, caracterizada pelo enfrentamento de desafios, especialmente relacionados ao preconceito social e às limitações estruturais presentes em diferentes contextos, como o ambiente escolar. No caso de Arthur, houve dificuldades no acesso quanto na permanência na escola, a qual não se mostrava preparada para acolhê-lo, o que resultou em sucessivas mudanças de instituição.

Foi nesse contexto que a música passou a integrar sua vida de forma mais significativa. Desde infância, foram oferecidos instrumentos musicais diversos, despertando seu interesse sonoro-musical e auxiliando no desenvolvimento da tonicidade muscular, além de ser um importante meio de expressão e aprendizagem. Mediado pelo respeito, reconhecimento de oportunidades e incentivo recebidos, Arthur superou barreiras e conquistou espaços

historicamente negados às pessoas que apresentam perfis atípicos. Assim sendo, sua vivência musical demonstrou o poder transformador da música.

Dessa forma, o presente trabalho objetiva discutir a importância da música como linguagem de conhecimento e recurso didático no desenvolvimento integral e na inclusão social de pessoas com Síndrome de Down. Como objetivos específicos, propõe-se: a) caracterizar o perfil das pessoas com Síndrome de Down no contexto educacional; b) pesquisar sobre a música como principal ferramenta educacional no envolvimento com as pessoas mencionadas; e c) evidenciar os benefícios da música na vida de uma pessoa com Síndrome de Down.

A escolha do tema justifica-se pela experiência de um dos autores como pai e educador musical, bem como pela relevância de discutir, no contexto acadêmico, o papel da música no favorecimento da inclusão social de pessoas com Síndrome de Down, além de seus impactos no desenvolvimento educacional e psicossocial. Dessa forma, a questão norteadora de pesquisa responderá ao final: como a música pode favorecer o desenvolvimento integral e a inclusão socioeducacional de pessoas com Síndrome de Down?

A metodologia do trabalho apoia-se na abordagem qualitativa e na pesquisa bibliográfica, quanto ao seu procedimento. A pesquisa qualitativa, segundo Gil (2008), tem como objetivo compreender fenômenos a partir da interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos, não se preocupando com a quantificação dos dados, mas com a profundidade da análise. Conforme Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos, possibilitando ao pesquisador o contato direto com o que já foi produzido sobre o tema.

Referente à fundamentação teórica, este trabalho apoia-se em autores que discutem a educação inclusiva, o desenvolvimento humano e o papel da música no processo de ensino-aprendizagem, assim como: Vygotsky (1997), Mantoan (2003), Oliveira Filho (2021), Neves, Costa e Ferreira (2022), e Pereira, Teixeira e Costa (2021), entre outros. Ademais, fundamenta-se em documentos norteadores internacionais e nacionais: a Declaração de Salamanca (1994); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) e a Base Nacional Comum Curricular (2018).

A seguir, será apresentado o perfil das pessoas com Síndrome de Down no contexto educacional, seguido das discussões sobre a música como ferramenta pedagógica no processo de envolvimento e aprendizagem das pessoas em foco. Continuando, serão evidenciados os benefícios do ensino de música na vida de uma pessoa com Síndrome de Down, tendo como exemplo a trajetória de Arthur Caldas. Por fim, serão apresentadas as considerações finais e as referências utilizadas.

Perfil das pessoas com Síndrome de Down no contexto educacional

A compreensão do perfil das pessoas com Síndrome de Down no contexto educacional constitui um passo fundamental para a construção de práticas pedagógicas inclusivas e equitativas. Nesse sentido, torna-se necessário reconhecer as especificidades dessas pessoas, considerando suas potencialidades, ritmos de aprendizagem e formas particulares de interação com o conhecimento.

Segundo Mantoan (2003, p. 33), “não se pode encaixar um projeto novo, como é o caso da inclusão, em uma velha matriz de concepção escolar”. Essa perspectiva reforça a necessidade de transformação das práticas pedagógicas tradicionais, superando modelos homogêneos e excludentes em favor de abordagens que valorizem a diversidade e promovam a participação ativa de todos os estudantes. Assim, compreender o perfil educacional das pessoas com Síndrome de Down implica repensar metodologias, estratégias e recursos didáticos, de modo a garantir condições reais de aprendizagem, respeitando as diferenças e potencializando o desenvolvimento integral no ambiente escolar.

As pessoas com Síndrome de Down apresentam níveis variados de comprometimento intelectual e físico, o que resulta em diferentes formas de desenvolvimento e aprendizagem. Crianças, adolescentes, jovens e adultos com essa condição podem apresentar algumas características físicas específicas, especialmente faciais. No entanto, é importante destacar que nem todas essas pessoas manifestam o mesmo conjunto de características, evidenciando a diversidade presente nesse público em foco.

Conforme os estudos, a Trissomia do Cromossomo 21 é considerada a causa genética mais comum de deficiência intelectual (Favatto, 2022). Na maioria dos casos, os pais não apresentam alterações genéticas, e a condição ocorre de forma espontânea, devido a um erro

na formação dos gametas (óvulo ou espermatozoide), conhecido como não disjunção cromossômica. A probabilidade de ocorrência aumenta com a idade materna, embora possa acontecer em qualquer gestação, não havendo evidências de fatores comportamentais ou ambientais diretamente relacionados à sua causa.

Quanto ao contexto educacional, as pessoas com Síndrome de Down apresentam características específicas nos desenvolvimentos cognitivo, motor e linguístico, que demandam abordagens diferenciadas e sensíveis às suas necessidades (Silva et al., 2021). Entretanto, é importante ressaltar que tais características não devem ser compreendidas como limitações absolutas, mas como particularidades que requerem estratégias adequadas de ensino.

Nessa perspectiva, o ambiente escolar precisa estar preparado não apenas em termos estruturais, mas, sobretudo, no que se refere à formação dos profissionais e à adoção de metodologias que valorizem as potencialidades dos estudantes. Esse entendimento dialoga com Vygotsky (1997), ao afirmar que “o que a criança consegue fazer hoje com ajuda, conseguirá fazer sozinha amanhã”, evidenciando a importância da mediação pedagógica no processo de aprendizagem.

Como contribuição significativa, a Declaração de Salamanca (1994), documento internacional que representa um marco histórico da educação inclusiva, defende que as escolas devem se reorganizar para atender à diversidade, adaptando currículos, metodologias, recursos pedagógicos e formação docente, de modo a garantir a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas, reafirmando o princípio da educação para todos.

No âmbito nacional, a educação inclusiva está fundamentada no direito à igualdade de oportunidades, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, que assegura atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Nessa perspectiva, o Ministério da Educação, por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), orienta que a escola deve se reorganizar para atender à diversidade,

garantindo acessibilidade, recursos pedagógicos adequados e formação continuada para os professores.

De acordo com o Art. 58 da LDB, “a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (Brasil, 1996). Tal diretriz reforça a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas que respeitem as diferenças e valorizem as potencialidades de cada estudante, promovendo uma educação equitativa.

Corroborando essa perspectiva, no Art. 1º, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) nº 13.146/2015 assegura que é dever do Estado, da família e da sociedade garantir educação de qualidade à pessoa com deficiência, vedando qualquer forma de discriminação. Em seu Art. 28, destaca a importância da formação de professores para o atendimento educacional inclusivo, bem como a oferta de recursos de acessibilidade que eliminem barreiras à aprendizagem (Brasil, 2015).

Assim, compreende-se que a construção de uma escola inclusiva exige mudanças que vão além da estrutura física, envolvendo atitudes, práticas pedagógicas e políticas educacionais comprometidas com a equidade. Como enfatiza Mantoan (2003, p. 23), “incluir é reconhecer que todos aprendem juntos, respeitando suas diferenças”, o que implica um compromisso coletivo com uma educação mais justa e democrática.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância de trabalhar as competências educacionais. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as competências educacionais gerais e específicas são definidas como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores “para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2018, p. 8). Consequentemente, o conceito de competências ultrapassa a mera assimilação de conteúdos, envolvendo a capacidade de articular saberes diversos de forma integrada, crítica e contextualizada.

Diante do exposto, o desenvolvimento integral das pessoas com Síndrome de Down no contexto educacional deve ser compreendido a partir de uma perspectiva inclusiva que valorize não apenas os aspectos cognitivos, mas também as dimensões sociais, emocionais, motoras e comunicativas. Nesse sentido, a escola assume um papel fundamental ao promover

práticas pedagógicas que respeitem as singularidades dos estudantes, reconhecendo suas potencialidades e criando condições para que participem ativamente do processo de ensino e aprendizagem.

A educação inclusiva, portanto, deve ir além da simples inserção de educandos em sala de aula comum, garantindo estratégias que favoreçam sua autonomia, interação social e construção de conhecimentos significativos. Assim, torna-se essencial considerar o desenvolvimento integral como um processo contínuo, que envolve a articulação entre diferentes áreas do saber e experiências vivenciadas no ambiente escolar. Para isso, é necessário investir em práticas pedagógicas diversificadas, que considerem o ritmo de aprendizagem de cada estudante, incentivem a cooperação e valorizem diferentes formas de expressão.

Música como linguagem e ferramenta educacional no envolvimento com as pessoas com Síndrome de Down

Nesse contexto, a música configura-se como linguagem e uma importante ferramenta pedagógica e de inclusão social. Por sua natureza acessível, lúdica e envolvendo a prática musical, favorece a participação ativa dos envolvidos, independentemente de suas limitações, promovendo experiências significativas de aprendizagem. Segundo Martins (2004), a música está presente em todas as culturas e pode ser utilizada como fator determinante no desenvolvimento motor, linguístico e afetivo das pessoas, evidenciando seu potencial educacional em diferentes contextos.

A música possibilita diferentes formas de expressão e comunicação, contribuindo para o desenvolvimento da linguagem sonora e verbal, da interação social e da autonomia. Além disso, por não exigir, inicialmente, habilidades acadêmicas formais, a musicalização permite que as pessoas com Síndrome de Down se sintam incluídas e valorizadas desde os primeiros momentos de aprendizagem.

Conforme Edgar Willems (1970, p. 10), a educação musical favorece o desenvolvimento integral das pessoas, pois “não é apenas uma preparação para a vida; ela própria é uma manifestação permanente e harmoniosa da vida”. Em adição, Louro (2012) destaca que a educação musical, quando orientada por princípios inclusivos, possibilita o

desenvolvimento global do estudante, respeitando suas particularidades e potencializando suas capacidades.

Segundo Oliveira Filho (2021), embora a relação entre música e Síndrome de Down já venha sendo discutida, ainda há dispersão nas abordagens e lacunas importantes, especialmente no ensino de instrumentos, com destaque para a percussão. Essa constatação reforça a necessidade de estudos mais específicos e práticas pedagógicas voltadas para esse campo. Em colaboração, ao investigar o ensino de música para as pessoas com Síndrome de Down em contexto de projeto, Neves, Costa e Ferreira (2022) evidenciam estratégias pedagógicas, adaptações metodológicas e formas de condução das aulas que favorecem a participação ativa dos estudantes, compreendendo o ensino musical não apenas como teoria, mas como prática viva e inclusiva.

Complementando essa discussão, Pereira, Teixeira e Costa (2021) destacam a relevância dos métodos ativos, que priorizam a experiência musical antes da abstração teórica. Nesse contexto, ações como cantar, escutar, movimentar-se, tocar, improvisar e criar são centrais no processo de aprendizagem. Essa abordagem dialoga diretamente com o ensino de percussão, pois o ritmo pode ser apreendido inicialmente pelo corpo e pela vivência sonora. Atividades como percussão corporal, jogos rítmicos, imitação e práticas coletivas tornam-se ferramentas eficazes para o desenvolvimento musical. Para estudantes com Síndrome de Down, esse caminho é especialmente potente, pois integra aspectos motores, cognitivos, emocionais e sociais de forma simultânea e significativa.

A proposta pedagógica de Carl Orff (1960) fortalece ainda mais essa perspectiva. Embora não seja uma obra voltada especificamente para a inclusão, sua abordagem valoriza a música elementar, o corpo, a fala ritmada, o movimento e o uso de instrumentos de percussão. O modelo orffiano propõe atividades acessíveis, progressivas e coletivas, baseadas em padrões rítmicos simples, jogos de pergunta e resposta, improvisação e criação musical em grupo. Essa proposta é particularmente eficaz em contextos inclusivos, pois permite diferentes níveis de participação.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o ensino de música desempenha um papel significativo no desenvolvimento motor, cognitivo e emocional das pessoas com Síndrome de Down. No campo cognitivo, a música estimula funções essenciais como memória, atenção e

concentração. O aprendizado musical envolve a assimilação de letras, ritmos, acordes e sequências sonoras, contribuindo para a organização do pensamento e para o desenvolvimento de habilidades intelectuais.

No campo emocional, a música se destaca como uma poderosa forma de expressão, contribui para o fortalecimento da autoestima e do equilíbrio emocional. Ao vivenciar experiências musicais, as pessoas com Síndrome de Down encontram um meio de expressar sentimentos, superar inseguranças e construir sua identidade. Segundo Camelo (2015), a música atua como mediadora das emoções, favorecendo relações mais saudáveis e significativas. Assim, a musicalização não apenas auxilia no desenvolvimento de habilidades específicas, mas também promove o bem-estar e a qualidade de vida, pois, segundo Swanwick (2003, p. 57), “a educação musical contribui de maneira significativa para o desenvolvimento intelectual, emocional e social do indivíduo”.

Outro aspecto relevante é o desenvolvimento da linguagem musical referente ao texto. O contato com canções favorece a ampliação do vocabulário, melhora a articulação das palavras e estimula a expressão oral. A música torna-se, assim, um recurso facilitador da comunicação e da interação social das pessoas com Síndrome de Down. De acordo com Camelo (2015), a vivência musical amplia, significativamente, as possibilidades comunicativas em contextos inclusivos, promovendo maior participação social.

No que se refere ao desenvolvimento motor, a prática musical também apresenta contribuições importantes. Ao tocar instrumentos de corda, como o violão, são exigidos movimentos coordenados que favorecem a motricidade fina, a lateralidade e a consciência corporal (Swanwick, 2003). Além disso, instrumentos de percussão, como a bateria, estimulam a coordenação motora global e a percepção rítmica. As atividades percussivas também podem favorecer a participação ativa dos envolvidos, contribuindo para o engajamento e a motivação de todos.

Ademais, a música desempenha um papel fundamental na promoção da autonomia. Ao participar de atividades musicais, as pessoas com Síndrome de Down podem desenvolver responsabilidade, disciplina e independência, fortalecendo sua participação ativa nos processos de aprendizagem. No âmbito da inclusão social, a música se apresenta como um instrumento privilegiado de integração. A participação em grupos musicais favorece o convívio

social, o respeito às diferenças e o reconhecimento das capacidades individuais. A prática coletiva fortalece vínculos, promove o sentimento de pertencimento e contribui para a quebra de preconceitos.

Diante dessa compreensão teórica acerca do papel da música como linguagem e ferramenta educacional no envolvimento com as pessoas com Síndrome de Down, torna-se relevante observar como esses aspectos se concretizam na prática. Nesse sentido, a análise de experiências reais permite evidenciar, de forma mais clara, os impactos da educação musical na vida de pessoas com Síndrome de Down.

O poder transformador da música: trajetória de Arthur Caldas

A trajetória musical de Arthur Caldas exemplifica, de maneira concreta, os benefícios da inserção do ensino de música na vida de pessoas com Síndrome de Down.

Desde cedo, foi possível perceber a afinidade de Arthur com a música. Ainda bebê, ele demonstrava interesse ao ouvir canções, especialmente canções de ninar. Observava-se que ele reagia de forma positiva, ficando mais calmo e relaxado. Durante a infância, notava-se sua sensibilidade emocional diante de diferentes estilos musicais, além do entusiasmo ao interagir com brinquedos sonoros. Também apresentava preferência por instrumentos de percussão, evidenciando sensibilidades rítmica e auditiva. Era comum que escutasse repetidamente suas músicas favoritas, prática que lhe proporcionava prazer e favorecia sua concentração.

Diante dessas observações, esse interesse foi estimulado, oferecendo diferentes instrumentos musicais com o objetivo de desenvolver suas potencialidades. Inicialmente, foram introduzidos instrumentos percussivos, como uma bateria em miniatura, possibilitando o contato direto com ritmo. Essa prática contribuiu significativamente para o desenvolvimento da motricidade fina e ampla, além de favorecer a concentração e a percepção auditiva. Posteriormente, foi adquirida uma bateria em tamanho real, permitindo um aprendizado mais concreto e aprofundado.

Com o tempo, Arthur passou a explorar outros instrumentos de percussão, como timbau, zabumba, triângulo, pandeiro, pandeirola, cajón, berimbau e xequerê. Cada instrumento trouxe contribuições específicas para o seu desenvolvimento: a bateria e a zabumba auxiliaram na coordenação motora e no controle dos movimentos; o pandeiro e o

triângulo estimularam a precisão rítmica e a atenção; o berimbau e o xequerê favoreceram a percepção sonora e a escuta ativa.

Essas práticas musicais também tiveram impactos significativos no campo cognitivo, especialmente no desenvolvimento da memória, da atenção e da organização do pensamento, uma vez que exigiam repetição, sequência e antecipação de ritmos. No aspecto emocional, a música tornou-se um importante meio de expressão, contribuindo para o fortalecimento da autoestima, da autonomia e do sentimento de pertencimento.

No âmbito social, a inserção de Arthur em grupos musicais da cidade de XXX representou um marco importante em sua trajetória. Inicialmente, participando de forma gradual, passou a se apresentar em público, junto ao seu pai, com a banda “Os Caras de Pau”. Posteriormente, integrou também o grupo musical “Bando Farinha de Guerra”. Essa vivência possibilitou o desenvolvimento da interação social, da comunicação e do trabalho em grupo, além de promover sua visibilidade e valorização enquanto músico.

Entretanto, no contexto escolar, Arthur enfrentou desafios significativos. Em um período em que as escolas ainda não estavam preparadas para a inclusão, seu processo de alfabetização foi interrompido e, posteriormente, negligenciado. Observou-se resistência por parte das instituições em reconhecer suas potencialidades, priorizando práticas de integração em detrimento de uma inclusão efetiva. Como consequência, houve prejuízos no desenvolvimento de habilidades relacionadas à leitura, escrita e raciocínio matemático.

Dessa forma, evidencia-se que, enquanto o ambiente escolar apresentou limitações no atendimento às suas necessidades, o ensino de música, desenvolvido fora do ambiente escolar, consolidou-se como um importante instrumento de desenvolvimento integral. Por meio das práticas musicais, Arthur avançou em aspectos motores, cognitivos, emocionais e sociais, demonstrando que a musicalização pode ser uma poderosa estratégia de inclusão e valorização das potencialidades de pessoas com Síndrome de Down. Nesse sentido, concorda-se com a equipe social da Santa Marcelina Cultura, instituição gestora do Projeto Guri, que

> a música tem se mostrado uma ferramenta bastante poderosa no processo de inclusão e desenvolvimento de crianças e adolescentes com Síndrome de Down. Através dela, é possível estimular a comunicação, a expressão emocional, a coordenação motora, a atenção e a memória. Além disso, a música oferece um espaço de socialização e empoderamento, pois permite

> que essas crianças compartilhem suas habilidades de maneira criativa, colaborativa e sem julgamentos. O ensino da música, seja em grupos ou individualmente, pode facilitar o aprendizado, aumentar a autoestima e contribuir para a construção de uma identidade própria e de um sentimento de pertencimento. Nesse sentido, a música se torna uma ponte que conecta indivíduos, promovendo a inclusão e respeitando as individualidades de cada pessoa" (COMO o estudo musical..., 2025).

Portanto, os benefícios da musicalização são amplos e abrangem diferentes dimensões do desenvolvimento das pessoas com Síndrome de Down, tais como: melhoria da qualidade de vida; desenvolvimento da fala e da comunicação; aprimoramento da coordenação motora; estímulo aos movimentos físicos e à consciência corporal; fortalecimento da memória e da concentração; ampliação da escuta ativa e da percepção auditiva; desenvolvimento integral dos sentidos; contribuição para habilidades de leitura e compreensão; ampliação do repertório cultural; estímulo à criatividade; desenvolvimento de noções de lateralidade, ritmo, tempo e espaço; fortalecimento muscular e da capacidade pulmonar; promoção da organização e disciplina; fortalecimento de vínculos afetivos e da segurança emocional; desenvolvimento do trabalho em equipe; compreensão de responsabilidades; construção da identidade e reconhecimento social; fortalecimento da autoestima e do sentimento de pertencimento; além do desenvolvimento do sistema psicomotor.

Por fim, destaca-se a relevância da musicalização no fortalecimento da autonomia e do protagonismo das pessoas em foco. Ao participarem ativamente de atividades musicais, essas pessoas desenvolvem maior independência, confiança em suas capacidades e reconhecimento de seu valor na sociedade. Assim, a música não deve ser compreendida apenas como uma atividade complementar, mas como uma linguagem de conhecimento e como um recurso pedagógico essencial na promoção de uma educação geral (e inclusiva), que respeite as diferenças e valorize as potencialidades de cada estudante.

Considerações Finais

Ao longo desta pesquisa, evidenciou-se que a música, quando utilizada como recurso didático, constitui-se como uma linguagem e ferramenta pedagógica potente para o desenvolvimento integral e a inclusão social de pessoas com Síndrome de Down. A partir da análise teórica e das contribuições de diferentes autores, foi possível compreender que a

prática musical vai além do aspecto artístico, configurando-se como um meio de promoção de habilidades cognitivas, emocionais, sociais e motoras.

Respondendo à questão de pesquisa, constatou-se que, no campo cognitivo, o ensino de música favorece o desenvolvimento da memória, da atenção e da organização do pensamento, contribuindo para a ampliação do vocabulário e para a melhoria da comunicação. Já no aspecto motor, especialmente por meio da prática instrumental e da percussão, promove avanços na coordenação, na lateralidade e na consciência corporal. No campo emocional, fortalece a autoestima, a autoconfiança e a expressão de sentimentos, enquanto, no plano social, estimula a interação, o respeito às diferenças e o sentimento de pertencimento.

Além disso, as abordagens metodológicas analisadas, como os métodos ativos, demonstram que o ensino de música pode e deve ser adaptado às necessidades dos estudantes, favorecendo práticas inclusivas que valorizem as potencialidades individuais. A literatura também evidencia a necessidade de ampliação de pesquisas, especialmente no que se refere ao ensino instrumental para pessoas com Síndrome de Down, indicando um campo ainda em desenvolvimento.

A trajetória musical de Arthur Caldas reforça, na prática, os achados teóricos apresentados, evidenciando como a música pode transformar vidas ao promover autonomia, protagonismo e inclusão social. Sua experiência demonstra que, quando há acesso a práticas musicais significativas e mediadas de forma adequada, é possível ampliar horizontes e construir caminhos de participação efetiva na sociedade.

Dessa forma, conclui-se que a música desempenha um papel essencial no contexto da educação inclusiva, contribuindo para a formação de sujeitos mais autônomos, expressivos e socialmente integrados. Por fim, destaca-se a importância de investimentos em políticas públicas, formação de professores e desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas que reconheçam e potencializem o papel da música como instrumento de transformação social.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular.* Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.* Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf. Acesso em: 11 maio 2026.

CAMELO, Janaina da Silva. *Música e inclusão:* contribuições da educação musical para pessoas com deficiência. Recife: EDUPE, 2015.

COMO o estudo musical pode beneficiar as pessoas com Síndrome de Down? [S. l.]: Guri Santa Marcelina, 20 mar. 2025. Disponível em: https://gurisantamarcelina.org.br/acontece_no_guri/como-o-estudo-musical-pode-beneficiar-as-pessoas-com-sindrome-de-down. Acesso em: 30 maio 2026.

DOWN, John Langdon. Observations on an ethnic classification of idiots. *London Hospital Reports*, Londres, v. 3, p. 259-262, 1866.

FAVATTO, Nádia Cristina. *Síndrome de Down:* aspectos genéticos, desenvolvimento e inclusão. São Paulo: Cortez, 2022.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade*. Fundamentos de metodologia científica.* 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEJEUNE, Jérôme; GAUTIER, Marthe; TURPIN, Raymond. Étude des chromosomes somatiques de neuf enfants mongoliens. *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences*, Paris, v. 248, p. 1721-1722, 1959.

LOURO, Viviane dos Santos. *Educação musical e deficiência:* propostas pedagogicas inclusivas. São Paulo: Som, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar*: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Mirian Celeste Ferreira Dias. *Didática do ensino de arte:* a língua do mundo – poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 2004.

NEVES, Viviane da Cunha; COSTA, Hellyson Rodrigues; FERREIRA, Gabriel Nunes Lopes. Música e inclusão: ensino de música para estudantes com Síndrome de Down em um projeto na cidade de Teresina-Piauí. *Caminhos da Educação:* diálogos, culturas e diversidades, Teresina, v. 4, n. 3, p. 1-15, 2022. Disponível em: https://www.periodicos.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/2946. Acesso em: 31 maio 2026.

OLIVEIRA FILHO, Argemiro de. *Ensino e aprendizagem da música e pessoas com síndrome de Down:* pesquisa bibliográfica em publicações da ABEM (2003–2019). 2021. 63 f. Monografia (Licenciatura em Música) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2021.

OLIVEIRA FILHO, Jose Pereira de. *Música, educação e inclusão:* práticas pedagógicas no contexto escolar. Salvador: EDUFBA, 2021.

OLIVEIRA, Wenderson Silva; DE SOUZA, Rodrigo Oliveira. Música na Base Nacional Comum Curricular: reflexões sobre as propostas curriculares para o Ensino Fundamental. *Revista da ABEM,* Londrina, v. 32, n. 1, p. e32109, 2024. Disponível em: https://abem.emnuvens.com.br/revistaabem/article/view/1311. Acesso em: 31 maio 2026.

ORFF, Carl; KEETMAN, Gunild; HALL, Doreen. *Orff-Schulwerk:* Music for Children – Teacher's Manual. [S. l.]: B. Schott & Co. Ltd., 1960.

PEREIRA, Eliton Perpetuo Rosa; TEIXEIRA, Diana da Silva; COSTA, Claudia Caetano de Oliveira. A utilização dos métodos ativos na educação musical especial com deficientes intelectuais. *Revista Educação, Artes e Inclusão,* Florianópolis, v. 17, n. 4, p. e0003, out./dez. 2021. Disponível em: https://periodicos.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/15287. Acesso em: 31 maio 2026.

SILVA, Rafael Soares; FREITAS, Thayane Nascimento; ARAÚJO, Nádia Fernanda Martins de; ARAÚJO, Tarcísio Welvis Gomes de; SILVA, Izabel Rodrigues da. Síndrome de Down: uma revisão integrativa da literatura (2005–2020). *Research, Society and Development*, v. 10, n. 17, e125101724409, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i17.24409.

SWANWICK, Keith. *Ensinando música musicalmente.* Tradução: Alda Oliveira, Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003.

UNESCO. *Declaração de Salamanca:* e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394. Acesso em: 31 maio 2026.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *Mind in society:* the development of higher psychological processes. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

WILLEMS, Edgar. *As bases psicológicas da educação musical.* São Paulo: Pró-Música, 1970.